

ESTRUTURAS DE PARENTENCO DOS MINISTROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (TCU)

Fernando Marcelino Pereira¹

RESUMO: Esta pesquisa compreende uma análise prosopográfica dos nove atuais ministros do Tribunal de Contas da União (TCU). O propósito desta prosopografia é dar sentido à ação política dos Ministros do TCU e compreender a “força coesiva do grupo” pelas opções, relações, posicionamento, filiações econômicas e políticas dos seus membros. Ao traçar uma radiografia deste grupo social, por meio de sua biografia coletiva e da construção de seu perfil, será possível encontrar as raízes sociais de suas ações. O universo estudado se refere aos ministros titulares em 2017.

PALAVRAS-CHAVE: Tribunal de Contas da União, ministros, genealogia, nepotismo.

FAMILY STRUCTURES OF THE MINISTERS OF THE UNION COURT OF ACCOUNTS (TCU)

Abstract: This research comprises a prosopographic analysis of the nine current ministers of the Court of Auditors of the Union (TCU). The purpose of this prosopography is to give meaning to the political action of the TCU Ministers and to understand the "cohesive force of the group" by the options, relationships, positioning, economic and political affiliations of its members. By tracing an x-ray of this social group, through its collective biography and the construction of its profile, it will be possible to find the social roots of its actions. The universe studied refers to the titular ministers in 2017.

Key words: Court of Accounts of the Union, ministers, genealogy, nepotism.

*Recebido em 30/05/2018.

*Aceito em 18/06/2018.

Introdução

Instituição nascida em janeiro de 1893, o Tribunal de Contas da União (TCU) exerce a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e administração indireta, quanto à legalidade, à legitimidade e a fiscalização da aplicação das subvenções e da renúncia de receitas. O TCU auxilia o Congresso Nacional no

¹Bacharel em Relações Internacionais pelo Centro Universitário Curitiba (UNICURITIBA), mestre em Ciência Política e doutorando em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Uma versão preliminar desse texto foi apresentada no IX Seminário Nacional de Sociologia e Política realizado em maio de 2018 na UFPR. E-mail: fernandomarcelinopereira@gmail.com

planejamento fiscal e orçamentário anual, porém não está ligado diretamente a nenhum poder, o que faz com que seja um órgão na prática independente. Sua independência é comparada à do Ministério Público, um órgão que não está ligado a nenhum poder e exerce sua função constitucional.

O propósito deste artigo é apresentar uma pesquisa sobre os atuais Ministros do TCU, um estudo prosopográfico que visa dar sentido à ação política dos Ministros e compreender a “força coesiva do grupo” pelas opções, relações, posicionamento, filiações econômicas e políticas dos seus membros. Com isso entendemos melhor quem são, como pensam e agem no campo político. Ao traçar uma radiografia deste grupo social, por meio de sua biografia coletiva e da construção de seu perfil, será possível encontrar as raízes sociais de suas ações. O universo estudado se refere aos ministros titulares em 2016.

Utilizamos o método prosopográfico de biografia coletivas, de forma quantitativa, visando dar o sentido às ações políticas do grupo pesquisado. Prosopografia é a biografia coletiva de um grupo social. Técnica de pesquisa muito utilizada na sociologia política histórica. O ambiente do grupo investigado em suas instituições, educação, preferências políticas, hábitos de classe, estilos sociais, relações sociais e políticas. A prosopografia é idealmente adequada para revelar as redes de vínculos sociopsicológicos que mantêm um grupo unido. O método prosopográfico funciona melhor quando é aplicado para grupos facilmente definidos e razoavelmente pequenos, quando os dados são obtidos de uma grande variedade de fontes que complementam e enriquecem umas às outras. Metodologia qualitativa, operacionalização da técnica de pesquisa genealógica e análise das trajetórias familiares e carreiras profissionais.

Os Ministros

O TCU é composto por nove ministros. Seus membros são indicados por Câmara, Senado e Presidência da República. Dois terços são escolhidos pelo Congresso Nacional e nomeados pelo presidente. Um terço é escolhido pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, sendo dois alternadamente dentre auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal. Os ministros do Tribunal de Contas da União têm as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), inclusive o cargo vitalício. Além dos nove ministros, o TCU tem corpo técnico que trabalha nas inspeções e auditorias para fiscalizar o uso de recursos federais em diferentes áreas, como obras, prestação de serviço, contratação e aposentadoria de servidores, podendo aplicar sanções e apontar as correções. Para este estudo selecionamos os nove Ministros atuantes em 2016.

Aroldo Cedraz de Oliveira – Presidente

O pai de Aroldo, João José de Oliveira, conhecido por Nenezinho, nasceu em 1925 no sertão baiano. Aos 14 anos começou a trabalhar como auxiliar na Farmácia do Povo, no Município de Santa Luzia, hoje, Santa Luz, na Bahia. Em 1941, em Salvador, obteve o título de prático farmacêutico ou oficial de farmácia junto ao Departamento de Saúde da Secretaria de Educação e Saúde da Bahia. Um ano depois, criou a sua Farmácia Socorro, em Valente, localizado no nordeste da Bahia, a primeira do lugar. Era o único referencial de saúde de toda aquela região pobre do Estado, desprovida de assistências médica, hospitalar e odontológica. Foi Delegado, Juiz de Paz, o vereador mais votado do distrito de Valente (Conceição do Coité) e, mais tarde, prefeito do município de Valente (1993/1996 e 2001/2004), localizado no nordeste da Bahia. Casou-se com Mariá Cedraz com quem teve seis filhos: Gildo, Maria José Garrido, Zélia, Aroldo, Zenóbio e Eduardo.

Aroldo Cedraz nasceu em 26 de fevereiro de 1951. Formou-se em Medicina Veterinária pela Universidade Federal da Bahia, onde posteriormente também foi professor. Ligado ao político Antônio Carlos Magalhães, Aroldo elegeu-se pelo PRN deputado federal da Bahia. Foi reeleito em 1994, 1998 e 2002. Foi Secretário de Indústria e Comércio da Bahia entre 2000 e 2002 e presidiu a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara entre 2005 e 2006. Tentou reeleger-se em 2006, mas não obteve êxito. Já foi filiado ao MDB, PMDB, e por último, o PFL.

Com a aposentadoria do ministro Adylson Motta em 2006, coube a Câmara dos Deputados indicar o substituto a vaga. Houve quatro candidatos, e por votação secreta, Cedraz venceu com 172 votos, contra os 148 votos dados ao deputado Paulo Delgado (PT-MG), 50 votos a Gonzaga Mota (PSDB-CE) e 20 votos ao deputado Ademir Camilo (PDT-MG). Confirmado pelo Senado e nomeado pelo presidente da república, renunciou ao mandato de deputado federal para assumir o novo cargo em 3 de janeiro de 2007.

Aroldo é casado com Eliana Leite de Oliveira, tem três filhos. Um deles é Tiago Cedraz, nascido na Alemanha, durante um doutorado do pai em Medicina Veterinária. Tiago é advogado desde 2006, quando passou no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Reportagem do

GLOBO revelou a ascensão meteórica do advogado desde a chegada do pai ao TCU, em 2007². Ele acumulou clientes, patrimônio, negócios e prestígio político-partidário a partir do momento em que o pai assumiu o cargo de ministro. Em 2009, três anos depois de obter o registro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o advogado comprou um lote de 1,3 mil metros quadrados no Lago Sul, por R\$ 750 mil (mais de R\$ 1 milhão em valores atualizados) onde ergueu a mansão que hoje é sede de seu escritório, avaliada em R\$ 3 milhões. E, em junho de 2013, comprou por R\$ 2,95 milhões o primeiro apartamento na Asa Sul. As duas regiões são área nobre de Brasília. A empresa se chama Cedraz Administradora de Bens Próprios Ltda. e tem um capital de R\$ 20 milhões. Tiago foi acusado pelo delator Ricardo Pessoa de receber R\$ 50 mil mensais para vender informação do tribunal, além de R\$ 1 milhão para influenciar em favor da UTC em processo sobre a usina nuclear Angra 3, em Angra dos Reis (RJ)³.

O primo de Aroldo, Luciano Araújo, faz parte da Desal (empresa que produz equipamentos de mobiliário urbano) do governo da Bahia desde 2013. Antes disso, Luciano atuou como assessor especial do ex-prefeito João Henrique Carneiro. O marido da irmã de Aroldo, Zélia, trabalha no governo da Bahia. Silvio Roberto Habib, conhecido como Betinho, ocupa a diretoria de energias renováveis da Secretaria de Infraestrutura desde 2012. Seu filho, Vitor Cedraz de Oliveira, foi nomeado em maio de 2015 para um cargo de assessor na diretoria de tarifas da Agerba, agência reguladora dos transportes estadual, ligada a Secretária de Infraestrutura⁴.

Irmão de Aroldo é o pecuarista Eduardo Cedraz de Oliveira. Elegeu-se vice-prefeito pelo PR na chapa de Ubaldino Amaral do PSC em Valente na Bahia. Ingressou no PSD e elegeu-se novamente vice-prefeito pela chapa de oposição ao lado de Ismael Ferreira do PT, derrotando seu outro irmão, o pecuarista Zenóbio Cedraz.

Na região do semi-árido baiano estão localizadas as Fazendas Noca, de propriedade de Zenóbio Cedraz Oliveira. Ele pertence à terceira geração da família na criação do jumento Pêga – tradição iniciada pelo avô José João de Oliveira e seguida pelo pai, João José de Oliveira. O criatório é composto por sete fazendas, que têm como sede principal a Fazenda Central. Localizada na cidade de Valente/BA, a 130 quilômetros de Feira de Santana; ela é administrada por João José. Luana Oliveira, filha de João José e neta de José João, conta que a família começou a criar jumentos e muares por ser a alternativa encontrada pelo avô tropeiro, que buscava um animal com resistência para trabalhar com carga⁵.

² <http://oglobo.globo.com/brasil/a-rapida-ascensao-do-filho-do-presidente-do-tcu-tiago-cedraz-16766125>

³ <http://oglobo.globo.com/brasil/um-dos-alvos-na-operacao-lava-jato-filho-do-presidente-do-tcu-tem-empresa-de-20-milhoes-16780040>

⁴ <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/07/1660061-familia-de-ministro-do-tcu-tem-cargos-nos-governos-do-pt-e-do-dem.shtml>

⁵ <http://www.campoecidade.com.br/edicao-66/bercarios-do-pega/>

Raimundo Carreiro Silva – Vice-Presidente

Raimundo nasceu em Benedito Leite na Bahia em 6 de setembro de 1946. Formado em Direito pelo UniCEUB, em 1981, foi funcionário público do Senado até sua aposentadoria como Analista Legislativo em 2007, quando ocupava o cargo de Secretário-Geral da Mesa do Senado desde 1995, nomeado por José Sarney. Chegou a ser vereador entre 1990 e 1992 de São Raimundo das Mangabeiras e Membro do Conselho Consultivo da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. Quando da aposentadoria do ministro Iram Saraiva do Tribunal de Contas da União, coube ao Senado indicar o substituto em 2007. Raimundo Carreiro foi escolhido por unanimidade, sendo, inclusive, dispensado a sabatina.

As relações entre as famílias de Sarney e Raimundo foram expostas em notícia da Folha de São Paulo em 2010:

A irmã do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), não terá de pagar uma dívida de R\$ 9.200, arbitrada pelo Tribunal de Contas da União (TCU), graças à atuação do ministro Raimundo Carreiro Silva, 67 anos, indicado ao tribunal pelo senador. O ministro foi secretário-geral do Senado por 12 anos, período em que Sarney, amigo e também maranhense, presidiu a Casa por duas vezes. As relações da família de Carreiro com o senador envolvem também nepotismo. A mulher, dois filhos e uma sobrinha do ministro trabalharam no órgão até a proibição do nepotismo. Foram demitidos, mas em abril último Sarney recontratou a mulher do ministro, Maria José de Ávila, que recebe um salário de R\$ 10 mil mensais⁶.

Em notícia de 1999 chamada “Empregar parentes é comum no Senado”, no próprio site do Senado, coloca-se que

no Legislativo, a contratação de parentes sem concurso público é muito comum. A começar pelos diretores do Senado, que fizeram uma troca de favores para a contratação de suas mulheres. Sânzia Maia, mulher do diretor de Administração do Senado, Agaciel Maia, foi nomeada há dois anos para ocupar cargo de confiança na Secretaria-Geral da Mesa do Senado, chefiada por Raimundo Carreiro Silva. Já Agaciel contratou Maria José Carreiro, esposa de Raimundo Carreiro, também para cargo comissionado. Carreiro ainda conseguiu nomear a filha, Juliana de Ávila Carreiro, de 20 anos - ato número 697, do diretor geral do Senado - para exercer cargo em comissão no gabinete da liderança do Governo no Senado⁷.

Em março de 2016, o diretor de energia da Camargo Corrêa, Luiz Carlos Martins, um dos delatores da Operação Lava Jato afirmou que Raimundo Carreiro, “recebeu propina decorrentes das

⁶ <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po2809201008.htm>

⁷ <http://www.senado.gov.br/noticias/opiniaopublica/inc/senamidia/historico/1999/3/zn032564.htm>

contratações da usina de Angra 3”⁸. Um de seus filhos, Felipe, foi advogado no escritório do advogado Tiago Cedraz, filho de Aroldo Cedraz, pelo menos entre janeiro e agosto de 2009⁹.

João Augusto Ribeiro Nardes

Os Nardes chegaram a Santos (SP) em 1540, na pessoa de Leonardo Nardes, então autorizado por D. João III para trabalhar com muares. Os Ribeiro – do ramo dos patriarcas Simão Ribeiro Castanho e Antonia da Silva – têm origens no Brasil em 1610, na região paulista. A união se deu em 1773, com o casamento de Pedro de Leão Ribeiro com Maria da Conceição Nardes. O sobrenome composto se mantém, e a família está hoje na 12^a geração.

No Rio Grande do Sul, o tropeiro Pedro Ribeiro Nardes – que conduziu tropas entre a região de Santo Ângelo e o interior paulista por décadas e chegou a receber o título de tenente para poder continuar trabalhando durante a Revolução Farroupilha – instalou-se com sua família em terras das antigas Missões jesuítico-guaranis por volta de 1850. Em 1873, seu filho, Damaso Ribeiro Nardes, assumiu como vereador na primeira câmara do município de Santo Ângelo. Mais tarde, seu neto Osório Ribeiro Nardes foi intendente do distrito de Rio Branco, hoje município de Catuípe.

João Augusto Ribeiro Nardes nasceu em Santo Ângelo em 13 de outubro de 1952. Graduado em administração de empresas pela Fundames (atual Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões), em Santo Ângelo, pós-graduado em política do desenvolvimento e mestre em estudos de desenvolvimento, pelo *Institut Université d’Études*, em Genebra, na Suíça. Nardes iniciou sua carreira política como vereador pelo Arena, em Santo Ângelo, entre 1973 e 1977. Foi deputado estadual pelo PDS, entre 1986 e reeleito em 1990 já pelo Partido Progressista Renovador. Em 1994 elegeu-se deputado federal, sendo reeleito em 1998 e 2002.

Com a aposentadoria do ministro Humberto Souto em 2004, coube à Câmara dos Deputados indicar o substituto à vaga e Nardes obteve a indicação de José Janene PP, após pressão do então presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, do mesmo partido, que posteriormente renunciou ao mandato para escapar de um processo de cassação por suposto envolvimento em um esquema de pagamento de propina, chamado mensalinho, e nepotismo. Confirmado pelo Senado e nomeado pelo Presidente da República, renunciou ao mandato de deputado federal para assumir o novo cargo em 20 de setembro de 2005.

⁸ <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/lobao-e-raimundo-carreiro-receberam-propina-de-angra-3-diz-delator/>

⁹ <http://rota2014.blogspot.com.br/2016/02/ministro-do-tcu-raimundo-carreiro.html>

Em 2015, Nardes foi relator da análise das contas presidenciais do ano anterior, de mandato da presidente Dilma Rousseff (PT), que resultou na histórica rejeição das contas presidenciais por unanimidade no dia 7 de outubro. Foi a primeira rejeição desde o governo Getúlio Vargas. Nos meses que antecederam ao julgamento, quando o resultado deste já se mostrava previsível, a Advocacia Geral da União tentou afastar o ministro da relatoria, por sua parcialidade e antecipação de voto. A AGU não obteve êxito, e o resultado da análise das contas, em conformidade com o entendimento de Nardes, obteve apoio de autoridades no assunto. Paulo Soares Bugarín, procurador-geral do Ministério Público de Contas, publicamente ressaltou a gravidade das irregularidades presentes na prestação de contas do governo (no jornal *O Estado de S. Paulo*, edição de 8.10.2015). Em 2005, a revista *Veja* publicou uma matéria onde relatava o processo que Nardes sofria por crime eleitoral, peculato e concussão. Reportagens dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* revelam que o Ministério Público Federal em Brasília, que comanda a Operação Zelotes, apurou indícios do envolvimento de Nardes no esquema de corrupção no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf).

Ana Lúcia Arraes de Alencar

Nasceu em Recife, 28 de julho de 1947. Filha do ex-governador de Pernambuco Miguel Arraes de Alencar (1916-2005) e de Célia de Sousa Leão (1924-1961). É filiada ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) desde 1990, época em que seu pai também ingressou no partido. Em 2006, conquistou seu primeiro mandato eletivo, de deputada federal pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB). Naquela época, com 178.467 votos, foi a terceira candidata mais votada de seu estado. Em 2010, com 387.581 votos, reelegeu-se, obtendo a maior votação do estado de Pernambuco e a quinta maior do Brasil. Foi a segunda deputada federal da história de Pernambuco, a primeira tendo sido Cristina Tavares. Em 21 de setembro de 2011, foi escolhida pelo Congresso Nacional ministra do TCU assumindo a vaga aberta pela aposentadoria do ministro Ubiratan Aguiar, tornando-se a segunda mulher na história a ocupar esse posto. A primeira foi Élvia Castelo Branco.

Do seu casamento com o escritor Maximiano Accioly Campos (1941-1998), teve dois filhos: o economista, governador de Pernambuco e candidato à Presidência da república Eduardo Campos (1965-2014), morto num acidente aéreo, e o advogado, escritor e membro da Academia Pernambucana de Letras Antônio Campos (1967).

Miguel Arraes nasceu em Araripe, interior do Ceará, primogênito e único filho homem de Maria Benigna Arraes de Alencar e José Almino de Alencar e Silva, agricultor e pecuarista. Em 1932, aos dezessete anos, foi aprovado no vestibular da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil (atual UFRJ). Simultaneamente, também foi aprovado no concurso público de escriturário do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), sendo enviado ao Recife. Em 1943 ascendeu a delegado regional. Deixou essa ocupação em 1948, ao assumir a Secretaria de Fazenda do Estado de Pernambuco, por indicação de Barbosa Lima Sobrinho, que havia sido eleito governador do estado naquele ano e com quem havia trabalhado no IAA. Em 1959, de novo secretário da Fazenda no governo Cid Sampaio, foi também eleito prefeito do Recife, ocupando o cargo de 1960 até 1962.

Miguel elegeu-se governador em 1962, com 47,98% dos votos, pelo Partido Social Trabalhista (PST), apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e setores do Partido Social Democrático (PSD), derrotando João Cleofas (UDN). Seu governo foi considerado de esquerda, pois forçou usineiros e donos de engenho da Zona da Mata do Estado a estenderem o pagamento do salário mínimo aos trabalhadores rurais (o Acordo do campo) e deu forte apoio à criação de sindicatos, associações comunitárias e às ligas camponesas. Com a deflagração do golpe militar de 1964, tropas do IV Exército cercaram o Palácio das Princesas (sede do governo estadual), foi preso na tarde do dia 1º de abril. Deposto, foi encarcerado em uma pequena cela do 14º Regimento de Infantaria do Recife, sendo posteriormente levado para a ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu por onze meses. Posteriormente, foi encaminhado para as prisões da Companhia da Guarda e do Corpo de Bombeiros, no Recife, e da Fortaleza de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Em 1965 para o Rio de Janeiro onde pediu asilo na Embaixada da Argélia. Ao lado da família, passou 14 anos exilado na capital argelina. Retornou ao Brasil em 1979, quando foi decretada a anistia pelos militares golpistas que estavam sendo pressionados por vários setores da população brasileira.

De volta ao Recife, Arraes retomou sua trajetória política, se filiando ao PMDB. Foi eleito deputado federal em 1982. Em 1986, Miguel Arraes foi eleito pela segunda vez para governar Pernambuco. Em 1990, já filiado ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), do qual presidente nacional, Arraes foi eleito, novamente, deputado federal, com a maior votação proporcional do país. Em 1994, foi eleito pela terceira vez governador de Pernambuco. Arraes elegeu-se mais uma vez elegeu-se deputado federal. Morreu aos 88 anos, no dia 13 de agosto de 2005, no exercício do mandato.

Miguel Arraes casou-se pela primeira vez com **Célia de Sousa Leão**, de tradicional família pernambucana proprietária de vastos engenhos. Os Sousa Leão estão presentes em Pernambuco

desde o século XVII, ocupando poderosos cargos políticos, quase sempre representando Pernambuco. Somente o barão de Morenos, Antônio de Sousa Leão, sozinho, era proprietário de oito engenhos: Morenos, Catende, Xixaim, Viagens, Pitimbu, Carnijó, Bom-dia e Brejo. Muitos Sousa Leão também seriam agraciados com títulos nobiliárquicos da nobreza do Império do Brasil.

O pai de Célia, **Domingos de Sousa Leão** (Sanharó, 16 de dezembro de 1819 — Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1879), segundo Barão de Vila Bela, era senhor dos Engenhos do Caraúna, em Jaboatão. Formou-se bacharel em direito pela Faculdade de Olinda em 1839. Foi deputado provincial em 1842, e deputado geral pela província de Pernambuco na 7.^a legislatura de 1848, na 9.^a de 1853 e 10.^a de 1857. Foi presidente da província de Pernambuco, de 13 de janeiro a 1 de dezembro de 1864 e de 10 de maio de 1867 a 23 de julho de 1868. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros (atual Ministério das Relações Exteriores) no 27.º Gabinete de 1878. Era do Conselho de S. Majestade, presidente do Instituto Arqueológico e Geográfico de Pernambuco (1867), comendador da Imperial Ordem da Rosa, e da Real Ordem de Vila Viçosa, de Portugal.

O casal Miguel e Célia teve oito filhos. Entre seus inúmeros netos, destacam-se Eduardo Campos, também governador de Pernambuco e que foi candidato à Presidência da República, morto em um acidente aéreo em 13 de agosto de 2014, Antônio Campos (advogado, escritor e membro da Academia Pernambucana de Letras), Marília Arraes (vereadora no Recife) e Luisa Arraes (atriz global).

O peso político de Arraes acabou beneficiando Eduardo Campos em 2006, um ano após a sua morte, que se apresentou ao eleitorado pernambucano como "o neto de Arraes" e acabou se elegendo governador de Pernambuco. Eduardo Campos começou a carreira política ainda na universidade, como presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia da Universidade Federal de Pernambuco. Foi deputado estadual, três vezes deputado federal, secretário estadual de Governo e de Fazenda, ministro da Ciência e Tecnologia e governador de Pernambuco por dois mandatos.

Sua esposa **Renata de Andrade Lima Campos** é economista e auditora concursada do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE), aprovada quando o concurso era feito pelo próprio tribunal. Seu sogro, **Cyro Andrade Lima**, desde maio de 2011, integra o conselho de administração Companhia Pernambucana de Saneamento (Compesa), a estatal de água e esgotos pernambucana. Recebe R\$ 3,7 mil para participar de uma reunião mensal. O Diário Compositano, publicação dos trabalhadores da empresa, já denunciou o caso. Exerceu cargos em estatais nos 02 (dois) governos Lula sempre para participar de uma reunião mensal. A irmã de Renata, **Ana Elisabeth Andrade**

Lima, foi gerente da Política de Saúde do Estado nos 02 (dois) governos Eduardo Campos. Na gestão Paulo Câmara é Secretária Executiva de Saúde de Pernambuco. Os dois filhos de Ana e sobrinhos de Renata e Eduardo Campos também estavam no governo. **Rodrigo de Andrade Lima Molina** estava lotado inicialmente na chefia de gabinete do governador desde os seus 23 anos. Em fevereiro de 2011, já gerente de Finanças da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, cujo secretário era Geraldo Júlio, atual prefeito, recebeu poderes para “assinar contratos, convênios e instrumentos congêneres”. Na gestão Paulo Câmara foi trabalhar como Diretor de Planejamento de Pernambuco na Secretaria de Planejamento comandada por Danilo Cabral. E **Marcela de Andrade Lima Molina** ocupou cargo comissionado de gestora técnica na Secretaria de Governo (salário: R\$ 4.651,09). Ela foi nomeada em 7 de outubro de 2011, com data retroativa a 1º de outubro daquele ano. Na gestão Paulo Câmara está ocupando o cargo de gerente na Secretaria de Desenvolvimento Econômico comandada por Thiago Arraes Alencar Norões. O ex-marido de Ana Elisabeth, **Aurélio Molina**, foi secretário-executivo de Desenvolvimento da Educação de Pernambuco desde a 1ª gestão de Eduardo, além de lecionar na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade de Pernambuco. Marcos Coelho Loreto, primo de Renata Campos. Desde 2007, é conselheiro o TCE-PE (nomeado por Eduardo Campos). Foi chefe de gabinete de Eduardo Campos nos dois primeiros anos do primeiro mandato. Foi ainda seu assessor especial do Ministério de Ciência e Tecnologia em 2004. **Felipe Carreras**, atual Secretário de Turismo, Esportes e Lazer de Pernambuco, é casado com uma sobrinha de Renata Campos.

O próprio sucessor no governo de Pernambuco **Paulo Câmara** é primo em segundo grau de Eduardo Campos. Casado com a juíza Ana Luíza, filha de **Vanja Campos**, prima de Eduardo. Vanja foi chefe de gabinete de Miguel Arraes durante o segundo mandato, entre 1986 e 1990. **João Carneiro Campos**, irmão de Vanja Campos e primo do governador é ex-desembargador eleitoral, ele foi nomeado em março de 2011 para o cargo vitalício de conselheiro do TCE-PE.

Flávio Rubem Accioly Campos Filho, primo em primeiro grau de Eduardo Campos, trabalhou durante quatro anos no TCE-PE no Governo Arraes. Em janeiro de 2007, poucos dias após Eduardo Campos tomar posse, Flávio foi nomeado para cargo em Comissão de Assessor da Presidência do TCE. No dia 03 de janeiro de 2012 começou a trabalhar na Secretaria da Fazenda com o então secretário Paulo Câmara. Desde 2015 trabalha na Secretaria de Administração do Estado. Seu filho, **Flávio Rubem Accioly Campos Neto** também ocupou cargo comissionado no governo estadual desde janeiro de 2007. Foram cinco anos nessa condição até que, em 2012, se desligou para disputar uma vaga na Câmara Municipal do Recife. Primo em segundo grau do

governador, foi assessor da Secretaria Especial de Juventude e Emprego durante o primeiro mandato de Eduardo. Também trabalhou na gerência de redução de danos da Secretaria de Saúde. No governo Paulo Câmara manteve-se na Secretaria de Saúde. O jovem de 30 anos está há quase uma década ocupando cargos comissionados no Estado.

Em 2008, **Marilia Arraes**, prima de Eduardo, sobrinha de Ana e neta de Arraes, se lançou para a política e se elegeu vereadora, conseguindo a reeleição em 2012. Mais recentemente **João Campos**, filho mais velho do ex-governador Eduardo Campos e de Renata Campos, estudante de Engenharia assumiu em 2016, aos 22 anos, a Chefia de Gabinete do Governador Paulo Câmara. Sua irmã mais velha, com 24 anos, **Maria Eduarda Campos**, também passou a ocupar em 2015 um cargo de gerência no Instituto Pelópidas Silveira na Prefeitura de Recife.

Vital do Rêgo Filho

Mais conhecido como Vitalzinho, nasceu em Campina Grande no dia 21 de setembro de 1963. Faz parte de uma família com larga influência política na Paraíba.

O interesse do senador Vital do Rêgo pela política surgiu em meados do ano de 1982, quando ainda era aluno da Faculdade de Medicina da UFPB e do Curso de Direito da então Universidade Regional do Nordeste (URNe), a atual UEPB. Na época, Vital do Rêgo apresentava-se aos familiares, amigos e pessoas de seu ciclo de relacionamento diário como um importante herdeiro genético do seu avô materno, Pedro Moreno Gondim, que havia sido deputado federal, deputado estadual e, por duas vezes, governador da Paraíba; do seu avô paterno, Veneziano Vital do Rego, deputado estadual por várias legislaturas em Pernambuco; do tio-avô Argemiro de Figueiredo, senador; e do seu pai, Antônio Vital do Rêgo, ex-deputado federal.

Foi ainda durante a década de 1980 que o senador Vital do Rêgo ingressou, efetivamente, na política estudantil. Já no ano de 1988, elegeu-se vereador em Campina Grande pelo PSB. Reeleito vereador no pleito eleitoral de 1992, conseguiu se eleger deputado estadual nas eleições de 1994, pelo PDT, sendo reeleito em 1998 e novamente em 2002. No dia 29 de setembro de 2005 Vital do Rêgo ingressou no PMDB, partido pelo qual elegeu-se deputado federal nas eleições de 2006.

Em 3 de outubro de 2010, Vital do Rêgo foi eleito senador pela Paraíba, alcançando 869.501 votos. Atualmente nos seu terceiro ano de mandato, Vital do Rêgo já assumiu importantes funções no Senado Federal: foi presidente da mais importante comissão do Congresso Nacional: a Comissão

Mista de Orçamento – CMO; presidiu a CPMI do Cachoeira. Atualmente, é Corregedor do Senado Federal e Presidente de várias comissões, a exemplo da Comissão de Constituição e Justiça – CCJ.

Hoje é Ministro Titular do Tribunal de Contas da União. Em dezembro de 2014, com o apoio do seu partido, PMDB, foi indicado pelo Senado para ocupar a vaga do ministro José Jorge no Tribunal de Contas da União (TCU), que se aposentou compulsoriamente e deixou o tribunal por ter completado 70 anos. Renunciou ao cargo de Senador para tomar posse no TCU em 22 de dezembro de 2014. É casado com a odontóloga Vilauba Moraes Vital do Rêgo, com quem tem dois filhos: Vital do Rêgo Neto e Carolina Moraes Vital do Rego.

Sua mãe **Nilda Gondim** é atualmente deputada federal. Seu avô materno era **Pedro Moreno Gondim** (Alagoa Nova, 1 de maio de 1914 — João Pessoa, 26 de julho de 2005), filho de Inácio Costa Gondim e de Eulina Moreno Gondim, cursou o primário em Alagoa Nova e o curso secundário no Lyceu Paraibano, na capital, bacharelou-se em direito, em 1938, na Faculdade do Recife. Exerceu a advocacia, atuando na Paraíba e nos estados vizinhos. Foi um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD), tendo em 1946 sido eleito deputado estadual, reelegendo-se para um segundo mas não exerceu por ter sido designado pelo governador José Américo de Almeida para ser secretário da Agricultura, Viação e obras Públicas do estado da Paraíba. Foi também eleito vice-governador, e no período, 1958-1960 assumiu o governo do estado pois o governador Flávio Ribeiro Coutinho. Em 1960 candidatar-se ao cargo de governador sendo eleito, derrotando Janduhy Carneiro. Com o golpe de 1964, ainda continua no cargo até 1966 quando se candidata a deputado federal pela Arena e repassa o cargo ao então governador eleito João Agripino porém são cassados seus direitos políticos por dez anos e perde seu mandato de deputado e somente em 1979 é anistiado pelo presidente João Figueiredo. Em 1985, ocupou uma diretoria do Banco do Nordeste, deixando o cargo ao término do mandato em 1990.

Vital do Rêgo Filho é sobrinho neto de **Argemiro de Figueiredo** (Campina Grande, 9 de março de 1901 — Campina Grande, 14 de dezembro de 1982), governador do estado da Paraíba, deputado federal e senador da república. Advogado, foi eleito deputado estadual em 1929 e Secretário do Interior e Justiça da Paraíba até 1934. Eleito governador em 1935, permaneceu no cargo até 1940, mesmo durante a vigência do Estado Novo do presidente Getúlio Vargas. Foi eleito deputado federal na Assembléia Constituinte de 1946. Em 1954 foi eleito senador pela UDN, assumindo a vaga de Assis Chateaubriand. Reeleito senador em 1962, passou pelo PTB e filiou-se ao MDB após o Golpe de 1964, onde permaneceu até o fim do mandato em 1970. O tio de Vital do

Rêgo Filho é **Domício Gondim Barreto**, ex-deputado federal e senador pela ARENA entre 1963 e 1979.

Seu pai **Vital do Rêgo** (Campina Grande, 21 de maio de 1935 – Recife, 2 de fevereiro de 2010) era advogado e professor na Paraíba. Foi Deputado Estadual entre 1959 e 1963 pelo PSD e cumpriu três mandatos como Deputado Federal, de 1963 a 1967 e de 1967 a 1969 pela UDN. Em 1969, já na Arena, no exercício do segundo mandato na Câmara dos Deputados foi cassado pela ditadura militar. Por decisão do regime de exceção, passou 10 anos no ostracismo político. Dedicou-se às atividades jurídicas e de docência, exercendo a função de professor de Direito e de Sociologia, onde lecionou na UFPB, UEPB, da USP e da Fundação Universidade Regional do Nordeste, quando foi Reitor, até o ano de 1982, renunciando ao cargo para concorrer nas eleições para Prefeito de Campina Grande, tendo sido derrotado por Ronaldo Cunha Lima. Ocupou o cargo de Procurador do Estado da Paraíba entre 1987 a 1990 e entre 1991 e 1995 foi eleito mais uma vez deputado federal pelo PDT. Rompido politicamente com os filhos Veneziano e Vital Filho, tentou seu retorno ao Congresso em 2000, não logrou êxito. Nos últimos anos de vida, Antonio Vital do Rego ocupou em 2003 o cargo de secretário de Justiça e Cidadania do Governo Cássio, e em 2009, exerceu por poucos meses o cargo de secretário de Articulação Governamental do Governo Maranhão.

Seu avô era filho do **Major Veneziano Vital do Rêgo**, ex-deputado estadual por duas legislaturas, inclusive presidindo Assembléia Legislativa do vizinho Estado, de 1950 a 1958. Seu irmão é **Veneziano Vital do Rêgo**, nascido em 17 de julho de 1970. Em 1996 elegeu-se vereador de Campina Grande pela primeira vez, sendo reeleito em 2000. Em 2002 candidata-se a deputado federal sem êxito. Em 2004 é eleito prefeito de Campina Grande, sendo reeleito em 2008. É eleito deputado federal em 2014 com 177.680 votos, sendo o segundo mais votado em todo o estado da Paraíba e o mais votado na cidade de Campina Grande.

Walton Alencar Rodrigues

Nasceu em Goiânia em 19 de abril de 1962. Formado em Direito, com mestrado em Direito Público, ambas obtidas na Universidade de Brasília. Procurador concursado da carreira do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União desde 22 de novembro de 1994, tornou-se subprocurador e alcançou o cargo de Procurador-Geral do Tribunal de Contas da União. Indicado pelo Ministério Público ao cargo de ministro do Tribunal de Contas da União, em substituição ao

aposentado Carlos Átila, teve seu nome aprovado pelo Congresso Nacional e foi empossado em 13 de abril de 1999. Presidiu a corte entre 2007 e 2008.

Seu nome foi alvo de questionamento por elevadas despesas com diárias em sua gestão e suposta ingerência de cunho político no Tribunal.

O ex-presidente do Tribunal de Contas da União (TCU) Walton Alencar Rodrigues recebeu R\$ 253.452,70 em diárias nos dois anos (2007-2008) em que comandou o órgão responsável pela fiscalização de recursos públicos na administração federal. Os gastos do ex-presidente são quase seis vezes superiores aos registrados por seu antecessor, o ex-ministro Adylson Motta. Durante os 20 meses em que dirigiu o TCU, Adylson recebeu R\$ 44.228,40 para custear despesas em viagens nacionais e internacionais¹⁰.

Walton é casado com a ministra do Superior Tribunal de Justiça Isabel Gallotti, filha e neta de ex-ministros do STF. Graduada em Direito pela Universidade de Brasília (UnB) em 1985, obteve da mesma universidade, em 1988, certificado de Especialização em Direito e Estado. Atuou como advogada no Distrito Federal de 1985 até 1989, quando foi aprovada em concurso público para o cargo de procuradora da República, no qual permaneceu até ser nomeada juíza do Tribunal Regional Federal da Primeira Região através do quinto constitucional (vaga destinada a membro do Ministério Público) em 2001. Em 10 de agosto de 2010 foi nomeada pelo presidente Lula e tornou-se ministra do Superior Tribunal de Justiça.

Seu pai, **Luiz Octavio Pires e Albuquerque Gallotti** (Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1930) ocupou os cargos de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) e ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), tendo sido nomeado para esse último em 1984 pelo então presidente João Figueiredo. Presidiu o STF de 1993 a 1995. É casado, desde 4 de maio de 1962, com Iára Chateaubriand Pereira Diniz Gallotti.

Seu tio **Paulo Benjamin Fragoso Gallotti** (Canoinhas, 3 de março de 1945) ingressou em 1971 na carreira da magistratura como juiz substituto, tornando-se desembargador do Tribunal de Justiça de Santa Catarina em 1995. Em 1999, foi nomeado ministro do Superior Tribunal de Justiça, em vaga destinada a membro de Tribunal de Justiça estadual. Aposentou-se voluntariamente em 2009. Outro tio de Isabel é **Francisco Benjamin Gallotti** (Tijucas, 2 de fevereiro de 1895 — Rio de Janeiro, dezembro de 1961), formado em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1919, e bacharel em direito pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, em 1936. Foi diretor geral do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS), em 1946. Foi senador por Santa

¹⁰ <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/manchetes-antiores/ex-presidente-do-tcu-recebeu-r-253-mil-em-diarias/>

Catarina, afiliado ao Partido Social Democrático (PSD). Como suplente convocado, completou o mandato de Nereu Ramos após seu falecimento.

Seu avô, **Luís d'Assunção Gallotti** (Tijucas, 15 de agosto de 1904 — Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1978), foi Deputado Estadual catarinense e Procurador da República, tornar-se-ia, sucessivamente, Interventor Federal em Santa Catarina (1945-1946), Procurador-Geral da República (1947-1949), Ministro (1949-1974) e Presidente (1966-1968) do Supremo Tribunal Federal e antes do Tribunal Superior Eleitoral (1955-1957).

Seu bisavô paterno, **Benjamin Gallotti**, foi comerciante e político em Tijucas, Santa Catarina, entre 1873 e 1913, foi Presidente do Conselho Municipal e Coronel da Guarda Nacional. Seu bisavô materno, **Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque**, foi deputado à primeira constituinte republicana da Bahia, Juiz Federal (1897-1917), Ministro do Supremo Tribunal Federal (1917-1931) e Procurador-Geral da República (1919-1930).

José Múcio Monteiro Filho

Nasceu em Recife no dia 25 de setembro de 1948. Engenheiro civil pela Escola Politécnica de Pernambuco em 1971. José Múcio trabalhou como engenheiro na Construtora Rabelo e foi superintendente da Usina Cucaú e do Grupo Armando Monteiro nos anos 70. Vice-prefeito e depois prefeito de Rio Formoso entre 1982 e 1983, foi filiado a partir de 1980 ao PDS, migrando depois para o PFL.

Em 1983, assumiu a presidência da Companhia Energética de Pernambuco (Celpe). Entre 83 e 86, foi secretário dos Transportes, Comunicação e Energia do Estado de Pernambuco. Presidiu a Companhia Energética de Pernambuco antes de tornar-se candidato ao governo de Pernambuco em 1986, mas perdeu a eleição para o ex-governador Miguel Arraes de Alencar. Múcio licenciou-se do mandato de deputado entre 1995 e 1999 para exercer o cargo de Secretário Municipal de Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente de Recife.

Em 1990 elege-se pela primeira vez deputado federal por Pernambuco, seguida por quatro reeleições consecutivas (1994, 1998, 2002, 2006). Como político, foi presidente nacional do PFL entre 1992-1993 e vice-líder do Bloco do PFL entre 1992 e 2001. Em 2001 teve uma passagem rápida pelo Partido da Social Democracia Brasileira, e em 2003 se filiou ao PTB. Tornou-se líder do PTB em 2003. Notabilizou-se por ser o líder do PTB durante o auge do que ficou conhecido como o “Escândalo do Mensalão” e defensor do então presidente do partido Roberto Jefferson. No dia 23 de novembro de 2007, líder do governo Lula na câmara dos deputados, recebeu e aceitou o convite

do presidente para assumir o cargo de Ministro das Relações Institucionais, no lugar de Walfrido dos Mares Guia (PTB-MG). Em 2009 foi indicado para compor o Tribunal de Contas da União, na vaga aberta pela aposentadoria do também pernambucano Marcos Vilaça, havendo assim deixado o ministério e renunciado ao mandato de deputado federal. Por 46 votos seu nome é aprovado pelo Senado Federal assumindo o cargo em 20 de outubro de 2009.

Seu primo é **Armando Monteiro Neto**, deputado federal por Pernambuco por três mandatos consecutivos: 1999-2003 ainda pelo PMDB, 2003-2007 e 2007-2011 pelo PTB. No pleito de 2010 foi eleito Senador por Pernambuco, cujo mandato irá até 31 de janeiro de 2019. Ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI). Foi Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil durante o segundo governo Dilma.

Seu tio é **Armando de Queirós Monteiro Filho**, nascido no dia 11 de setembro de 1925 em Recife (PE), filho de Armando de Queirós Monteiro e de Maria José Dourado de Queirós Monteiro. Ingressou na Escola de Engenharia da Universidade de Recife em 1945, participando ativamente da política universitária contra o Estado Novo. Nas eleições de 1950 elegeu-se deputado estadual pelo Partido Social Democrático (PSD), em Pernambuco, mas foi impedido de assumir o mandato devido a seu parentesco com o governador eleito Agamenon Magalhães, seu sogro. Em 1951 foi nomeado secretário estadual de Viação e Obras Públicas, cargo que ocupou até 1954. Candidato à Câmara dos Deputados na legenda do PSD, em outubro de 1954, foi o deputado federal mais votado. Assumiu o mandato em 1955, e em outubro de 1958 reelegeu-se deputado federal.

Com a renúncia do presidente Jânio Quadros (25/8/1961), Armando Monteiro Filho votou a favor da emenda constitucional que instituiu o regime parlamentarista como fórmula conciliatória para garantir a ascensão do vice-presidente João Goulart à presidência, o que se deu no dia 7 de setembro. No dia seguinte, o pessedista Tancredo Neves foi nomeado primeiro-ministro e Armando Monteiro Filho foi indicado para o Ministério da Agricultura. Com a renúncia do gabinete de Tancredo Neves em 26 de junho de 1962, deixou a pasta da Agricultura e reassumiu sua cadeira de deputado federal. Nas eleições de outubro de 1962, disputou o governo de Pernambuco pelo PSD, mas Miguel Arrais venceu o pleito. Na Câmara, apoiou a campanha de retorno ao presidencialismo, votando a favor da antecipação do plebiscito, aprovada em meados de setembro de 1962. Realizada em 6 de janeiro de 1963, a consulta decidiu pela volta do presidencialismo. Ainda em janeiro, Armando Monteiro encerrou seu mandato na Câmara Federal. Contrário ao golpe militar que destituiu Goulart em 31 de março de 1964, após a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (27/10/1965) e a instauração do bipartidarismo, filiou-se ao Movimento

Democrático Brasileiro, partido de oposição ao novo regime, sob cuja legenda concorreu, sem sucesso, ao Senado em novembro de 1966.

Após o fim do bipartidarismo em novembro de 1979, filiou-se ao Partido Democrático Trabalhista (PDT), liderado pelo ex-governador gaúcho Leonel Brizola, que retornara pouco antes do exílio. Somente em outubro de 1994 voltou a disputar um cargo público, concorrendo a uma vaga de senador, mas não foi bem sucedido. Em outubro de 1998, depois de deixar o PDT, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

Armando foi casado com Maria do Carmo Magalhães Queirós Monteiro, filha mais nova de **Agamenon Sérgio de Godói Magalhães** e de Antonieta Bezerra Cavalcanti Magalhães.

Agamenon Magalhães nasceu no município de Vila Bela, atual Serra Talhada (PE), em 1893. Bacharel pela Faculdade de Direito de Recife em 1916, no ano seguinte foi promotor público em São Lourenço da Mata (PE). Em 1918 iniciou sua carreira política como deputado estadual, eleito na legenda do Partido Republicano Democrata (PRD), liderado pelo então governador Manuel Borba (1915-1919). Em 1922 reelegeu-se e apoiou a candidatura oposicionista do fluminense Nilo Peçanha à presidência da República, lançada pela Reação Republicana. Em 1923 elegeu-se deputado federal e quatro anos depois renovou seu mandato. Em 1929-30, junto com o PRD e em oposição ao governador pernambucano Estácio Coimbra, apoiou a candidatura presidencial de Getúlio Vargas, lançada pela Aliança Liberal. Com a derrota da Aliança, participou ativamente em Recife do movimento revolucionário que depôs o presidente Washington Luís e levou Vargas ao poder.

Nos primeiros anos do governo Vargas, foi um dos articuladores do Partido Social Democrático (PSD) de Pernambuco e nessa legenda elegeu-se deputado federal constituinte em 1933. Em julho de 1934, logo após a promulgação da nova Carta, foi nomeado ministro do Trabalho, Indústria e Comércio. Durante sua gestão foi criado também o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI). Era, então, elemento dos mais prestigiados junto ao governo federal e por isso mesmo deu apoio decidido ao projeto continuísta de Vargas, concretizado com o golpe que em 10 de novembro instituiu o Estado Novo. Nesse momento deixou o Ministério do Trabalho para tornar-se interventor federal no estado de Pernambuco. Deixou o governo de Pernambuco em março de 1945, quando foi reconduzido por Vargas ao Ministério da Justiça, passando então a coordenar o projeto governamental de redemocratização do país. Nesse sentido, trabalhou intensamente na elaboração do novo Código Eleitoral, que seria decretado pelo governo no mês de maio e ficaria conhecido como Lei Agamenon. Nas eleições realizadas em dezembro de 1945, após a deposição de

Getúlio pelos chefes militares, elegeu-se deputado por Pernambuco à Assembléia Nacional Constituinte. Após a promulgação da nova Carta, em setembro de 1946, assumiu a liderança do PSD na Câmara dos Deputados. Nessa fase de sua atuação parlamentar, notabilizou-se pela defesa do monopólio estatal sobre a industrialização do petróleo. Em outubro de 1950, elegeu-se governador de Pernambuco. Morreu em Recife em 1952, no exercício do governo estadual¹¹.

Benjamin Zymler nasceu no Rio de Janeiro em 25 de março de 1956.

Filho de Júlio Zymler, comerciante falecido em 1996, e Chaja Zymler, imigrantes judeus da Polônia. Benjamin formou-se em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia. Formou-se também em Direito, com mestrado, pela Universidade de Brasília. Trabalhou durante seis anos em Furnas Centrais Elétricas e na iniciativa privada por outros seis anos, até 1992, quando ingressou no Tribunal de Contas da União como Analista de Finanças e Controle Externo, mediante concurso público. Presta novo concurso em 1996, para ao cargo de Auditor do próprio tribunal, sendo aprovado e empossado em 1998. Com a aposentadoria do ministro Bento Bugarin, foi indicado pelo presidente da república Fernando Henrique Cardoso a vaga destinada a Auditores do TCU. Aprovado pelo Senado Federal, foi empossado em 11 de setembro de 2001. Presidiu o Tribunal desde Janeiro de 2011 até o fim de 2012.

Casado em Maria Lenir Ávila Zymler. Ela foi nomeada assessora do PR no Senado em 2011, porém não tomou posse porque a nomeação foi desfeita depois que o jornal O Estado de S. Paulo revelou o fato e lembrar que o ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, cuja pasta é alvo de constante fiscalização por parte do TCU, também era do PR¹².

Bruno Dantas Nascimento

Nasceu em Salvador no dia 06 de março de 1978. Filho de Isis Dantas Silva Nascimento e Arnaldo José do Nascimento. A mãe, funcionária do Banco do Brasil, e o pai comerciante. Passou a infância em Feira de Santana, dos 3 aos 17 anos, mudando-se, então novamente, para Salvador, até a definitiva mudança para Brasília, quando, acompanhando sua mãe, transferida pelo Banco do

¹¹ http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/agamenon_magalhaes

¹² <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,mulher-de-presidente-do-tcu-ganha-cargo-no-pr-que-comanda-transportes,683159>

Brasil¹³. Após iniciar seus estudos básicos e fundamentais em Feira de Santana, no interior da Bahia, graduou-se em direito, em 2002, com especialização em direito civil, pela Universidade Católica de Brasília. Foi aprovado aos 25 anos de idade, em 2003, no concurso público de Consultor Legislativo do Senado Federal quando ainda cursava o último semestre da graduação em direito.

De abril de 2007 até julho de 2011, aos 29 anos, tornou-se o mais jovem Consultor-Geral Legislativo da multicentenária história do Senado Federal. Em 2011 assumiu a cadeira de Conselheiro do CNJ. A par da atividade legislativa cotidiana, obteve os títulos acadêmicos de mestre, em 2007, e doutor em Direito processual Civil, em 2013, ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi o representante do Senado Federal no Conselho Nacional do Ministério Público, de 2009 a 2011. Foi consultor jurídico do presidente da Companhia Siderúrgica Nacional, Benjamin Steinbruch.

Próximo de Sarney e do atual presidente do senado, Renan Calheiros, Bruno Dantas foi o mais novo ministro a assumir o cargo no TCU, aos 36 anos de idade, em 2014. Consultor jurídico concursado do Senado, ele foi escolhido depois que a indicação do senador Gim Argello (PTB-DF) gerou forte resistência dentro do TCU e teve que ser retirada.

13

<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=1&pagina=112&data=18/08/2014&captchafield=firistAccess>